

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA

CRISTIANE TEREZA COSTA

**A CRIANÇA E O ADOLESCENTE COMO SUJEITOS DE DIREITOS: OS
REFLEXOS JURÍDICOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

PIRACICABA-SP

2013

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA

CRISTIANE TEREZA COSTA

**A CRIANÇA E O ADOLESCENTE COMO SUJEITOS DE DIREITOS: OS
REFLEXOS JURÍDICOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Universidade Metodista de Piracicaba para a
obtenção do título de MESTRE em Direito, sob a
orientação do Professor Doutor Jorge Luís Mialhe.

PIRACICABA-SP

2013

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA

CRISTIANE TEREZA COSTA

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Universidade Metodista de Piracicaba para a
obtenção do título de MESTRE em Direito, sob a
orientação do Professor Doutor Jorge Luís Mialhe.**

Data de Aprovação:

____/____/____

Banca Examinadora

Aos meus sobrinhos, Gustavo e Stella, que assim como todas as crianças com as quais convivo, ajudaram-me a perceber o primordial papel das crianças e adolescentes para a formação de um mundo mais justo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais José (*in memoriam*) e Piedade pelo contínuo apoio, pelas sábias lições de amor, alegria e esperança e, principalmente por fazerem com que acreditasse que nada é impossível.

Haroldo meu companheiro nesta trajetória, soube compreender, como ninguém, a fase pela qual eu estava passando, sempre entendendo minhas dificuldades e minhas ausências. Agradeço-lhe, carinhosamente, por tudo isto.

Ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Luís Mialhe agradeço infinitamente pela oportunidade de compartilhar seus conhecimentos e suas experiências, direcionando e colaborando em todas as etapas do meu trabalho.

Aos professores Doutor Rui Décio Martins, Doutora Ana Maria Melo Negrão, e Doutor João Miguel da Luz Riveiro por aceitarem compor a banca examinadora e por compartilharem seus conhecimentos.

Sou eternamente grata a Coordenadora Professora Doutora Mirta Gladys Lerena Manzo de Misailidis pela indescritível solidariedade e afeto.

Aos demais professores desta Universidade que sempre me transmitiram incentivo e força, muito obrigada.

Agradeço afetosamente à Amiga e Secretária da Coordenação de Curso Sueli Catarina Verdicchio Quilles por toda sua dedicação e atenção zelosa comigo. Você é um anjo!

A CAPES agradeço pela bolsa concedida durante os anos do curso, sem a qual não seria possível a concretização desde sonho.

E a todos aqueles que, embora não nomeados, me brindam com seus inestimáveis apoios e presenças o meu reconhecido e carinhoso muito obrigado!

“O que se faz agora com as crianças é o que elas farão depois com a sociedade.”

(Karl Mannheim)

Resumo

Esta pesquisa analisa o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de Direitos em face da Constituição Federal em seu artigo 227 e do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 13 de Julho de 1990. Em esfera internacional também efetivou o *status* de sujeito de Direitos com a aprovação Convenção dos Direitos da Criança, pela Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989. Busca-se por meio de levantamento histórico, comprovar se o Estatuto da Criança e do Adolescente foi elaborado de acordo com os ditames estabelecidos na Convenção dos Direitos da Criança, e quais as influências desta para a promulgação do ECA.

PALAVRAS-CHAVE: Criança; Constituição Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente e Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

Abstract

This research analyzes the recognition of children and adolescents as subjects of rights in the face of the Federal Constitution in Article 227 and the advent of the Statute of Children and Adolescents on July 13, 1990. In the international sphere also effected the status of subject to the approval Rights Convention on the Rights of the Child, Resolution 44/25 of the United Nations General Assembly on 20 November 1989. Looking up through historical survey, accordance with the dictates established in the Convention on the Rights of the Child, and what influences this for the promulgation of the ECA.

KEYWORDS: Children; Constitution; Statute of Children and Adolescents and the Convention on the Rights of the Child.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
ART – Artigo
CC – Código Civil
CDC – Convenção dos Direitos da Criança
CF – Constituição Federal
Cf. – Conforme
CP – Código Penal
EC – Emenda Constitucional
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
Ed – Edição
FUNABEM – Fundação do Bem-Estar do Menor
LDBEN – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
nº - Número
ONG – Organização não governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PDS – Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Projeto de Lei
PMDB – Partido do Movimento Democrático do Brasil
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
SAM – Serviço de Assistência ao Menor
SUS – Serviço Único de Saúde
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
vol – volume
§ - parágrafo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO E AS CRIANÇAS	16
1.1 Do melhor interesse da criança	21
1.2 Brasil: uma proteção voltada à punição	29
1.3 O Código de Menores de 1979	38
2. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A PROTEÇÃO INTEGRAL.....	43
2.1 A Constituição Federal na vanguarda	45
2.1.1 Criança: Sujeito de Direitos	48
2.2 A família e sua responsabilidade	53
2.3 Estado e a doutrina da proteção integral	57
3. A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA	61
3.1 O Princípio do Melhor Interesse da Criança e da Proteção Integral na Convenção sobre os Direitos da Criança	64
4. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	69
4.1 O ano dedicado para a criança e ao adolescente (1989)	70
4.2 PLS nº193 de 1989 – uma visão para o futuro	71
5. AS INFLUÊNCIAS DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA SOBRE O ECA	80
5.1 Semelhanças entre a Convenção sobre os Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente	81

COSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98